



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

ISSN: 1809-449X

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Formiga, Giceli Carvalho Batista; Feldens, Dinamara Garcia; Arditti, Roberta Gusmão
FEMINISMOS INTERSECCIONAIS: PROBLEMATIZANDO O SUJEITO DO FEMINISMO

Revista Brasileira de Educação, vol. 28, 2023, pp. 1-15

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280086>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27574386064>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

LUZEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ESPAÇO ABERTO

Feminismos interseccionais: problematizando o sujeito do feminismo

*Giceli Carvalho Batista Formiga*¹ 

*Dinamara Garcia Feldens*¹ 

*Roberta Gusmão Arditti*¹ 

RESUMO

A compreensão do conceito de interseccionalidade, por vezes, é aprisionada a interpretações identitárias que desconfiguram a sua relevância. Este ensaio pretende apresentar a emergência histórica da noção de interseccionalidade e, para isso, problematiza o conceito de gênero nos estudos feministas desde a abordagem relacional, evidenciando o gênero enquanto categoria, à crítica radical pós-estruturalista, que questiona a substancialidade do gênero e, portanto, evidencia a importância da compreensão interseccional das relações de gênero em seu movimento de produção, de controle e exclusão de subjetividades dissidentes da norma branca cisheteropatriarcal. Sendo assim, destaca-se, neste ensaio, a importância histórica do movimento feminista negro na luta contra os processos de exclusão e silenciamento, propondo uma leitura interseccional e rompendo com a proposta identitária e substancialista do conceito de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

interseccionalidade; feminismos; gênero.

¹Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

INTERSECTIONAL FEMINISMS: TROUBLESHOOTING THE SUBJECT OF FEMINISM

ABSTRACT

The understanding of the concept of intersectionality is sometimes imprisoned in identity interpretations that distort its relevance. This essay intends to present the historical emergence of the notion of intersectionality and, for that, it problematizes the concept of gender in feminist studies from the relational approach, highlighting gender as a category, to the post-structuralist radical critique, which questions the substantiality of gender and, therefore, it highlights the importance of the intersectional understanding of gender relations in its movement of production, control and exclusion of dissident subjectivities from the cisheteropatriarchal white norm. Therefore, this essay highlights the historical importance of the black feminist movement in the fight against the processes of exclusion and silencing, proposing an intersectional reading and breaking with the identity and substantialist proposal of the concept of gender.

KEYWORDS

intersectionality; feminisms; gender.

FEMINISMOS INTERSECCIONALES: SOLUCIÓN DE PROBLEMAS DEL TEMA DE FEMINISMO

RESUMEN

La comprensión del concepto de interseccionalidad a veces queda aprisionada en interpretaciones identitarias que distorsionan su relevancia. Este ensayo pretende presentar el surgimiento histórico de la noción de interseccionalidad y, para ello, problematiza el concepto de género en los estudios feministas desde el enfoque relacional, destacando el género como categoría, hasta la crítica radical posestructuralista, que cuestiona la sustancialidad de género y, por tanto, destaca la importancia de la comprensión interseccional de las relaciones de género en su movimiento de producción, control y exclusión de las subjetividades disidentes de la norma blanca ciheteropatriarcal. Por ello, este ensayo destaca la importancia histórica del movimiento feminista negro en la lucha contra los procesos de exclusión y silenciamiento, proponiendo una lectura interseccional y de ruptura con la propuesta identitaria y sustancialista del concepto de género.

PALABRAS CLAVE

interseccionalidad; feminismos; género.

INTRODUÇÃO

Ao fim dos anos 1970, a força dos movimentos reivindicatórios, como o movimento feminista, o movimento gay, o movimento lésbico e o movimento negro, questiona certezas que abalam o centro do pensamento e da organização política. Abala também as narrativas hegemônicas acerca dos sujeitos e da universalidade e unidade destes. Somado a isso, a partir da década de 1990, os questionamentos dos movimentos identitários e não identitários, ou ainda as prerrogativas das teorias Queer¹ e Pós-Coloniais,² abalaram a própria noção de centro e de margem, apresentando o quanto as relações de poder estão presentes e são responsáveis pela construção e consolidação dessas posições.

Desde então, o termo interseccionalidade tem sido citado nas produções acadêmicas e nas bases teóricas que compõem as políticas governamentais de garantia de direitos. Segundo Crenshaw (1989), a interseccionalidade trata de um instrumento metodológico de análise acerca da interação dos dispositivos de poder como raça, gênero e sexualidade em seus efeitos políticos e legais. Contudo, como pontua Akotirene (2018), o termo corre sempre um risco de esvaziamento dos sentidos levantados, principalmente, quando usado de forma correspondente às minorias políticas e à diversidade, seguindo padrões identitários e, com isso, operando exclusão e não protegendo quem precisa. Para muitos, a interseccionalidade é algo que trata de múltiplas identidades, mas esse é um equívoco na compreensão do termo.

O presente estudo tem o objetivo de apresentar a concepção de interseccionalidade que atravessa a problemática de gênero, transformando a concepção substancialista que compõe as discussões sobre o tema. Nesse sentido, considera-se importante, a princípio, retomar as concepções apresentadas na década de 1990 pela historiadora Joan Scott (1995) quando descreve o gênero como uma categoria de análise, evidenciando a necessidade de identificá-lo como um marcador social que produz modos de existir articulado a outros marcadores de classe e raça. Na sequência, consideramos a crítica radical apresentada por Judith Butler (2019) ao Movimento Feminista e aos estudos de gênero quando vai de encontro à noção de um sujeito universal do feminismo, a saber, a “mulher”. Ela refuta a noção de substância do ser e nos apresenta um rompimento da ideia identitária, potencializando a compreensão interseccional como caminho de luta em defesa dos corpos dissidentes da norma branca heteropatriarcal.

1 “Teórica e metodologicamente, os estudos Queer surgiram do encontro entre a corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação. Central foi o rompimento com a concepção cartesiana (ou iluminista) do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. Ainda que haja variações entre os diversos autores, é possível afirmar que o sujeito no pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido.” (Miskolci, 2009, p. 152).

2 A afinidade com os Estudos Pós-Coloniais é retomada por meio da desnaturalização das narrativas de origem, das ideias de lar e nação, de modo que a diáspora deixa de ser compreendida como dispersão étnica e filiação, mas em termo de “abjeção” (Miskolci, 2009, p. 162).

Entretanto, para além disso, o objetivo deste estudo é destacar que a noção de interseccionalidade apresentada por Butler em 1990, em sua obra *Problemas de Gênero*, e que tem grande repercussão dentro do meio acadêmico e no campo político, suscitando, desde então, transformações nos movimentos políticos de gênero e sexualidade, foi desde sempre ponto de discussão e análise entre as feministas negras, que já problematizavam a concepção universal do ser mulher, apontando suas contradições e seus processos de produção de exclusão. A interseccionalidade é a base para a articulação do feminismo negro desde o seu surgimento já em meados do século XIX.

Diante disso, abordamos aqui também um breve histórico dos estudos feministas construídos por pensadoras negras, entre elas, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Patrícia Hill Collins e Carla Akotirene. É possível mostrar como, ao longo de décadas, mulheres negras estiveram destacando as diferentes formas de abordar a interseccionalidade em suas produções teóricas. Essas pensadoras e ativistas estiveram em seus estudos a todo o tempo, propondo transformações interseccionais para o movimento, na tentativa de evidenciar processos de exclusão, apagamento e silenciamento de modos de vida subalternos, entre eles, as vidas negras, principalmente a vida das mulheres negras em diferentes contextos.

Para a construção deste trabalho, desenvolvemos uma revisão de literatura, selecionando escritos que problematizam a concepção de gênero em destaque, que aponta para uma compreensão interseccional do problema de gênero. As obras e os artigos selecionados para a construção desta análise apreendem a interseccionalidade como método, indispensável na compreensão das relações de poder. Desse modo, reconhecem a importância de compreendermos as articulações dos marcadores de gênero, raça, classe, entre outros, para a construção de uma perspectiva feminista plural e não segregacionista.

FEMINISMOS E PODER

A categoria gênero expressa um campo de disputas teóricas e políticas. Quando esse conceito passa a ser pensado para além do âmbito privado, afirma Scott (1995), ele deve ser compreendido dentro de um sistema político e econômico de estruturas de poder na sociedade. O gênero é, segundo ela, uma categoria que define e hierarquiza as diferenças biológicas e as relações sociais, ambas historicamente construídas, um campo por meio do qual o poder se articula.

A partir dessa perspectiva, o conceito de gênero será fortemente problematizado. Essa problematização irá não só transformar os processos de análise acerca das relações sociais entre seres identificados como homens e mulheres, como irá indicar os aspectos políticos que atravessam as relações de poder as quais constituem a sociedade. Scott (1995) identifica o gênero como um marcador social, assim como a classe e a raça.

A compreensão da categoria gênero será processada de modo interseccional, em que as diferenças passam a ser pauta e a possibilitar uma expansão do Movimento Feminista e dos estudos de gênero, uma vez que tenta abarcar uma diversidade maior de perfis femininos. Portanto, o gênero é percebido aqui como uma categoria de

produção de diferenças a ser analisada, uma lente na leitura das relações de poder em sociedade. Isso revela que relações políticas constroem o gênero e o gênero constrói também as relações políticas.

A minha definição de gênero tem duas partes de diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (Scott, 1995, p. 86)

Considera que a única forma de fazer a História das Mulheres seria através da problematização do conceito de gênero. Questiona a utilização de um conceito descritivo de gênero e, a partir de uma análise pautada na noção de dispositivo de poder de Foucault (1988), irá propor uma concepção mais estratégica para que se pense a categoria gênero. O gênero seria uma categoria de ideias e ideais de feminilidade e masculinidade que podem diferir consideravelmente em sociedades distintas e em distintos momentos históricos.

Radicalizando a crítica ao binarismo e destacando ainda mais a potência da compreensão interseccional, a filósofa feminista norte-americana Judith Butler (2019) vai afirmar que o poder atua na construção da estrutura binária em que se pensa o gênero. Assim, questiona a própria problematização do conceito que se processa dentro dos movimentos sociais, principalmente no Movimento Feminista. Pergunta o que seria da categoria gênero e da suposta estabilidade do sujeito se pensássemos a partir de uma matriz que não se constituísse imersa em um discurso de lógica binária, sob a hegemonia da referência heteronormativa.³

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou a um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou o gênero e por que meios? E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais de sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses

3 A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade: “[...] a heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade.” (Miskolci, 2009, p. 156-157).

políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula. (Butler, 2019, p. 27)

Constrói-se, portanto, um discurso genealógico da categoria gênero para que, assim, possa identificar as apostas políticas que designam a origem e a causa das categorias de identidade, entendendo a construção identitária como efeito de instituições, discursos e práticas. Questiona-se, dessa maneira, a naturalidade desse feminino e destaca-se o caráter performativo que constrói e fixa a existência da categoria gênero.

A crítica feminista também deve compreender como a categoria “mulher”, o suposto sujeito do feminismo, é produzida, reproduzida e reduzida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca emancipação. Supor um ser universal “mulher” é desconsiderar as pluralidades e contradições das experiências múltiplas de ser “mulher”. Utilizar ainda o termo “mulheres”, supondo uma universalidade, não indica as pluralidades interseccionais possíveis, e fazer isso com a intenção de combater as desigualdades de gênero é defender também uma universalidade das práticas de opressão e exclusão. E é aí onde o feminismo pode fracassar, justamente na recusa em levar em conta as relações de poder que lhe são constitutivas e suas próprias reivindicações representacionais.

Logo, a proposta apresentada não seria o enfraquecimento ou a negação das identidades, como se assim fosse possível fugir do campo do poder. Seria formular, no interior das estruturas constituídas, uma crítica à categoria de identidade. Propõe-se uma crítica radical ao feminismo, uma genealogia que revele, a partir da problematização da tríade sexo/gênero/desejo, as formas de opressão, exclusão e silenciamento das diversas formas de vida que se exercem, sucumbem, resistem ou são valorizadas. A autora faz isso repensando a construção ontológica do discurso identitário e propõe, deste modo, “[...] uma política feminista que torne a construção variável da identidade como pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político.” (*ibidem*, p. 25).

É no discurso que o sexo se constitui, assim, como o gênero, inclusive essa condição de ser uma instância supostamente pré-discursiva é algo que se engendra na lógica discursiva. Desse modo, o corpo não seria um recurso passivo no qual a cultura se inscreve como pressupõe a clássica distinção sexo-gênero, e, ao contrário, seria o corpo algo que se consolida por meio de aparatos culturais identitários como os dispositivos de gênero, infância, sexualidade, raça, classe, regionalidades, nacionalidades e outros. A partir disso, podemos pensar acerca da distinção sexo/gênero, a qual sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gênero culturalmente construído.

Haverá “um” gênero que as pessoas *possuem* conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa *é*, como implica a pergunta “Qual o seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o

modo ou mecanismo dessa construção? [...] Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (*ibidem*, p. 28-29)

Questiona-se a substancialidade do gênero, mas apresentará esse efeito substantivo que o gênero adquire e que seria garantido a partir da performatividade, produzida e imposta pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Sendo assim, o gênero é performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância e constitui a identidade que supostamente é. Esse ser que é alguma coisa seria produzido por meio de uma gramática discursiva que aí se efetiva através de diversos dispositivos, entre eles, o próprio gênero, alicerçado na tríade sexo/gênero/desejo que ampara o que ela entende por heterossexualidade compulsória.

Empreender uma genealogia do gênero é uma tarefa que Butler (2019) opera considerando que o gênero é o efeito e não aquilo que existe por trás do feito, o “ser” fundante, universal, a suposta “mulher” ou o suposto “homem”. É seguindo a premissa apresentada por Nietzsche, de que não haveria “ser” por trás do fazer, que o que existe para além da obra é uma ficção. A filósofa empreende um exercício genealógico de problematização do gênero e irá levantar críticas ao feminismo e apresentar novas prerrogativas de organização política interseccionais. São as próprias performances de gênero que apresentam o que o gênero é. Os atos performativos não são resultados ou expressões de gênero. Trata-se do que, de fato, seria o gênero, um modo de fazer que se reitera e se exerce como efeitos de uma ficção reguladora identitária.

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política da ontologia do gênero, em sendo bem sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero. (*ibidem*, p. 69)

O gênero é uma construção social, efeito da repetição de determinados modos de ser. A inversão, ou seja, a compreensão de que os efeitos são tomados como essências e pautados na suposta natureza do par feminino e masculino, não seria desinteressada, dispositivo de poder que produz inclusive os corpos. As cópias performáticas criam a ideia de que haveria algo original e, mais que isso, existiria como matéria no sexo e no discurso biológico da natureza. Aqui, a proposta apresentada é a inversão. Os sistemas sociais de produção de representação e produção

de gênero darão significado às dimensões biológicas que fundamentam as supostas diferenciações de gênero.

Se os atributos e atos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e performatividade é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções do sexo essencial e de masculinidade ou feminilidades verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo de gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. (*ibidem*, p. 243-244)

Assim, opera a denúncia de que o sujeito do feminismo foi, por muito tempo, as “mulheres”, e isso revela uma concepção de sujeito universal pautando o movimento, ignorando as relações de poder que se atravessam por meio de dispositivos disciplinares e biopolíticos e, com isso, engendram uma multiplicidade infinita do que seria ser “mulher” ou “homem”. E mais, invisibilizando os processos de produção de subjetividade que subvertem as prerrogativas heteronormativas. O ideal representativo “mulher” anula as particularidades da pluralidade de experiências do feminino e ofusca a atuação da norma.

Butler (2000) pontua ainda que defender a ideia de que o feminismo teria como sujeito de representação universal a “mulher” e como bandeira comum a luta contra o patriarcado iria de encontro à condição sempre política de constituição dos sujeitos, colocando o que seria esse ser “mulher” como algo da ordem biológica sexista, presente em todas as culturas de diferentes formas, o que justificaria a opressão masculina em diferentes contextos e, portanto, a necessidade de luta contra o patriarcado, este também supostamente universal e presente em todos os contextos culturais. Ela irá aguçá-lo o debate pontuando que a crítica feminista precisa estar atenta às afirmações totalizantes. Dirá, a partir disso, que o gesto colonizador não seria sempre irredutivelmente masculinista e pode operar na efetuação de outras relações de poder e subordinação, como, por exemplo, heterossexista, racista, classista, entre outros.

Compreender os diferentes marcadores sociais e as múltiplas identidades/expressões que nos atravessam exige que sejam reconhecidas as múltiplas condições sócio-históricas que permeiam o contexto das relações de poder, compreendendo as implicações destas e os processos de produção de subjetividade, efeitos da atuação de dispositivos diversos, não substancializando os sujeitos e compreendendo-os muito mais no que reiteram em seus modos de fazer, indo para além dos padrões identitários.

FEMINISMOS INTERSECCIONAIS

Foi a partir da perspectiva apresentada por Judith Butler, em 1990, que os estudos feministas evidenciaram, com maior ênfase, o problema da produção identitária e exclusão promovidas pela naturalização da apreensão da concepção de gênero. Contudo, já havia mais de um século que as feministas negras afirmavam a necessidade de romper com o ideal identitário universal do “ser mulher” — isso porque estas permaneciam excluídas das conquistas supostamente femininas e continuavam sendo cada vez mais alvos de racismos e sexismos explícitos e mascarados. Sojourner Truth, em 1851, já exaltava a diferença da experiência de ser uma mulher negra em uma sociedade racista e o quanto aquilo estaria longe do que se definia por ser o sujeito da luta feminista:

[...] Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem — quando tinha o que comer — e aguentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou eu uma mulher? (*apud* Ribeiro, 2018, p. 52)

As mulheres negras compreendiam que não se tratava de serem alvo de exclusão por serem mulheres ou por serem negras ou por serem pobres, ou pelo efeito do somatório disso, mas pela complexa articulação desses marcadores — classe, raça e gênero — e como eles atuam informando um ao outro.

O gênero não sendo uma instância substancial, na relação com a raça, que também não se trata de um aspecto substancial, produz-se consolidando lugares de opressão diferentes para as mulheres negras daqueles problematizados pelas mulheres brancas ou pelos homens negros. A experiência de ser mulher negra refere-se a aspectos específicos dos dispositivos de controle que atuam em torno da raça e do gênero que aí se especificam e aprimoram as formas de opressão. Gênero e raça são marcadores que ainda são atravessados por outros, como classe, sexualidade, religião, regionalidades, entre outros tantos.

Segundo a historiadora e ativista negra Angela Davis (2016), em sua emblemática obra *Mulheres, Raça e Classe*, é importante atentar para os aspectos os quais revelam que o gênero informa a classe que informa a raça que informa o gênero, e a articulação contínua e permanente entre estes produz desigualdade de direitos e processos de exclusão. Nessa dinâmica, consolidam-se atravessamentos que têm como efeito subjetividades silenciadas quando não compreendidas em seus aspectos interseccionais. O sujeito universal do feminismo alimentava a condição de naturalidade de uma *performance* feminina, ocidental, branca e burguesa, enaltecendo padrões a serem reiterados e, com isso, silenciando outras múltiplas existências.

O feminismo negro já surgiu reivindicando a bandeira da interseccionalidade antes mesmo de o termo ser cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e ter se popularizado a partir de 2001 na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. Não se trata de resolver o problema de identidades múltiplas para, a partir disso, compreenderem o seu problema, generalizando isso em *problemas das minorias*. Trata-se de compreender que as identidades são ficcionais e que os dispositivos são dispersos e agem de modo contínuo, operando a captura e o silenciamento dos corpos possíveis.

Nos Estados Unidos, o Movimento Feminista Negro ganha força com a fundação da National Black Feminist em 1973, período marcado pela emergência da produção literária e acadêmica das mulheres negras. No Brasil, a organização do Movimento Feminista Negro acontece a partir dos questionamentos feitos pelas mulheres negras tanto ao Movimento Negro Unificado quanto ao Movimento Feminista, que não priorizavam as pautas trazidas por elas (Ribeiro, 2018).

Desse modo, é atuando inicialmente dentro do Movimento Negro Unificado e priorizando a pauta racial e dentro do Movimento Feminista em defesa das pautas de gênero que as mulheres negras brasileiras, em 1970, vão se unir. Mas é na década de 1980 que esses coletivos se consolidam em um movimento unificado e independente, com bandeira de luta própria. Os atravessamentos de raça e gênero tornam-se pautas únicas e urgentes, primordiais ao feminismo negro. Essa intersecção entre questão racial e gênero está, desde então, presente na teorização e militância das mulheres negras que irão definir sua atuação política e sua luta por direitos (Ratts e Rios, 2010).

O Movimento Feminista Negro no Brasil se fortalece na década de 1980, tendo como marco importante o Encontro Feminista Latino-Americano, que ocorreu em 1985, em Bertioga. A partir de então, surgem importantes coletivos de mulheres negras, como é o caso do Geledés, do Fala Preta e do Criola, além de tantos outros. No espaço acadêmico, essa expressão e presença das feministas negras também vão se fortalecendo e se consolidando (Ribeiro, 2018).

A socióloga e ativista negra Lélia Gonzales será uma grande expressão do feminismo negro não só no Brasil, mas no mundo. Atuando nos meios acadêmicos e dentro da militância, ela será uma referência. Sua produção denuncia a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Lélia Gonzales (2020) defendia a importância das narrativas que viessem de encontro ao padrão racista eurocêntrico de produção do conhecimento. Para ela, essas narrativas são formas de resistência no combate à produção de invisibilidade de diversos atores, em destaque, a mulher negra, invisível dentro do discurso do próprio feminismo, que se consolidava a partir das pautas de mulheres brancas europeias ou norte-americanas operárias ou de classe média-alta.

Segundo Lélia Gonzales (2020), o epistemicídio da teoria feminista produziu os altos índices de violência contra a mulher negra. Houve falta de metodologias adequadas às realidades dessas mulheres e a preocupação central com a categoria gênero adiando a marcação racializada do fenômeno. A intersecciona-

lidade surge no movimento feminista negro sobre a prerrogativa de instrumentalizar teórica e metodologicamente a inseparabilidade estrutural entre o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado, explicitando a coalisão dos marcadores sociais e a interação simultânea deles. Segundo Patrícia Hill Collins (2017), a interseccionalidade refere-se à atuação do sistema de opressão interligado.

A escritora e feminista negra norte-americana Audre Lorde (1984) denunciava a recusa do Movimento Feminista às mulheres que não cabiam no sujeito mulher, como ainda muitos feminismos o fazem explicitamente contra mulheres trans. Para ela, eram as diferenças entre os sujeitos que deveriam ser a pauta do movimento. Afirmava que as diferenças não deveriam ser apenas toleradas ou acolhidas, mas evidenciadas e postas em análise. Para ela, o feminismo deveria assentar suas práticas políticas nas diferenças entre as mulheres. Compreender essa dinâmica seria compreender os dispositivos de opressão e seus meios de atuação. Na década de 1970, ela já trazia a ênfase na ruptura de um sujeito universal do feminismo e já apontava para os jogos de poder que caracterizam o que, anos mais tarde, Crenshaw (1989) chamaria de interseccionalidade.

A ideia interseccional dentro do feminismo negro tem muito mais o papel de acionar solidariedade do que promover exclusão de outros movimentos ou isolamento do movimento em sua atuação política. A interseccionalidade pontua que há machismos reproduzidos pelos homens negros e, com isso, a invisibilidade da mulher negra no interior dessa estrutura de organização, assim como também reconhece que há racismo no discurso de feministas brancas que não atentam para a falta de representatividade da mulher negra em sua história e propagação.

A intelectual brasileira Carla Akotirene (2018), em sua obra intitulada *O que é a interseccionalidade?*, aponta o quanto esse conceito evidencia singularidades e, com isso, aproxima as mulheres negras norte-americanas e latino-americanas, assim como mulheres cis e mulheres trans e outras tantas mais. A compreensão metodológica interseccional reconhece ainda, por exemplo, o racismo perpetrado pelo feminismo branco quanto aos homens negros, quando desconsideram a história de opressão desses sujeitos e, por vezes, os classificam sempre como ameaçadores, agressores em potencial, desconsiderando os privilégios do homem branco e a história de exploração do povo negro, que foi escravizado e espalhado por diversos continentes em diáspora.

A perspectiva interseccional rasga as dimensões identitárias referentes a outras tantas questões que são capturadas em discursos e posicionamentos que, ao invés de complexificar e ampliar o debate, reduz a multiplicidade e as singularidades a posições identitárias universalizantes e excludentes, propagadoras de invisibilidades e preconceitos.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiromundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah. (Akotirene, 2018, p. 25-26)

A compreensão da interseccionalidade como método revela a diversidade e a dispersão eficiente de atuação dos dispositivos de poder. Apresenta o que o gênero pode dizer sobre a raça e, ao mesmo tempo, revela que a raça diz muito sobre gênero, seguindo diferentes fluxos e intercruzamentos identitários, apontando inclusive que estes apenas existem nesses intercruzamentos. A dimensão interseccional habilita a criticidade política que faz com que se perceba a fluidez das identidades subalternas, submetidas às mais diferentes formas de exclusão, categorização e preconceitos, oprimidas por questões estruturantes da matriz colonial moderna, exclusões estas consolidadas na aparência ou capacidade física, por exemplo, destacando o corpo como espaço de inscrição do poder (Akotirene, 2018).

As opressões emergentes contra gordos ou deficientes não podem ser comparadas ao processo secular de exclusão e exploração racial, heteropatriarcal e sexista. Contudo, a dimensão interseccional recrimina a competição entre excluídos — não se trata de identificar quem é mais discriminado, mas de estar sempre atento aos processos de raça, gênero e sexualidade que atravessam os processos de construção identitária e aprisionamento e exclusão das singularidades emergentes.

Sendo assim, não apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, também o capacitismo é problema das feministas negras, assim como a lesbofobia, a transfobia, a cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem qualquer coisa que fuja à lógica heteronormativa. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento. (Akotirene, 2018, p. 40-41)

Bullying, gordofobia, ataques religiosos, exclusão de deficientes e uma série de outras práticas discriminatórias operam também a partir de uma episteme, uma gramática identitária de ocultamento e categorização hierárquica da diferença, uma episteme branca, cis, masculina e heterocompulsória, a qual é a mesma que oprime as mulheres negras.

A interseccionalidade é o conceito método e estratégia que nos aponta a “difração”, como nos mostra Oliveira (2017, p. 17) ao apresentar o conceito de Donna Haraway, pensadora feminista norte-americana:

A difração é a imagem da interseccionalidade, mostrando como o cruzamento de matrizes de opressão e privilégios conduz a diferentes efeitos. Já estamos fora do domínio das relações entre homens e mulheres; estamos no domínio dessa intersecção entre gênero, “raça”, classe, sexualidade entre outras categorias, e a forma como são produzidos efeitos difratários destas conjugações. Para Haraway (2004), o gênero é uma relação social atravessada e entrecruzada com outras. Ou seja, o potencial crítico desta abordagem implica não só questionar a teoria feminista exclusivamente interessada no gênero ou nas relações entre os sexos, mas repensá-las à luz das múltiplas difrações que o próprio conceito de gênero como relação social invoca.

O método interseccional nos permite vislumbrar as diferenças entre ser mulher preta e homem preto e, ainda que aí existam aproximações significativas entre estes, o que os diferencia é tão importante ser reconhecido quanto o que os aproxima, assim como a mulher preta e a mulher branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos não são constituídos como a soma de marcadores sociais, mas pelos atravessamentos múltiplos e pela interação entre estes, o que leva a discussão para além da questão do movimento feminista e o aproxima e integra a outros movimentos e perspectivas pós-estruturalistas de compreensão da realidade dos sujeitos a partir das questões que os singularizam, como, por exemplo, o que evidencia os estudos Queer e os Pós-Coloniais. Essas perspectivas teóricas, metodológicas e políticas são fundamentais na compreensão dos processos de produção de exclusão e invisibilidades e produção de seres abjetos.

É fundamental compreender as problemáticas que perpassam o conceito de gênero e suas contradições para, com isso, pensar acerca da ruptura da noção substancial do gênero, percebendo a sua potência como um aparato de produção de corpos/subjetividades sujeitos às dinâmicas de controle do biopoder.

Nesse sentido, a concepção de interseccionalidade apresentada pelo feminismo negro tem a pretensão de romper com ideais identitários e, dessa maneira, não opera a partir de uma defesa da política de identidade, mas de uma identidade política. Isso significa a recusa de uma episteme pautada em referenciais construídos pelos colonizadores, que ocultou e deturpou, de diferentes formas, a experiência de escravidão e exploração dos povos africanos desde o século XV até a diáspora africana vivida no século XIX. Essa episteme silenciou o saber e a cultura africanos em todas as suas formas de compreensão do ser e do mundo.

Neste estudo, o que se destaca é a articulação dos movimentos identitários e não identitários para lugares de produção e reconhecimento das diferenças, de como se articulam aproximando e singularizando as experiências dos sujeitos e hierarquizando-os em dinâmicas relacionais de poder atravessadas por marcadores diversos.

Seguimos desnaturalizando a posição dos objetos na história e, com isso, compreendendo ainda mais os jogos da diferença que legitimam as apreensões identitárias hierarquizantes que perpassam a problemática de gênero. Resgatar a história do feminismo e as contradições e problemáticas genealógicas do conceito é importante para que possamos compreender a importância da análise dos marcadores sociais e nos guiar ainda mais pela potência da compreensão interseccional na constituição dos processos de subjetivação, subvertendo, assim, as lógicas de opressão e controle quando deflagradas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-198.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175118, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 20 out. 2021.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, article 8, p. 139-167, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 20 out. 2021.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GONZALES, L. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LORDE, A. The master's tools will never dismantle the master's house. *In*: Lorde, A. (ed). **Sister Outsider**: essays and speeches by Audre Lorde. Berkeley: Freedom, 1984. p. 110-113.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, 2009, p. 150-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100008>. Acesso em: 20 out. 2021.
- OLIVEIRA, J. M. **Desobediências de Gênero**. Salvador: Editora Devires, 2017.
- RATTS, A; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIBEIRO, D. **Quem tem medo de feminismo negro?** São Paulo: Companhia da Letras, 2018.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul-dez, 1995. p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOBRE AS AUTORAS

GICELI CARVALHO BATISTA FORMIGA é doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Psicóloga do Instituto Federal de Sergipe (IFS).
E-mail: giceli@hotmail.com

DINAMARA GARCIA FELDENS é doutora em Educação Básica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: dfeldens@hotmail.com

ROBERTA GUSMÃO ARDITTI é mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
E-mail: robertagarditti@gmail.com

Conflitos de interesse: As autoras declaram que não possuem nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

Contribuições das autoras: Conceituação, Curadoria de Dados, Investigação, Metodologia, Escrita – Primeira Redação: Formiga, G. C. B. Análise Formal, Recursos: Formiga, G. C. B.; Feldens, D. G.; Arditti, R. G. Administração do Projeto: Formiga, G. C. B., Feldens, D. G. Supervisão, Validação: Feldens, D. G. Visualização: Feldens, D. G.; Arditti, R. G. Escrita – Revisão e Edição: Formiga, G. C. B., Arditti, R. G.

Recebido em 4 de novembro de 2021

Aprovado em 24 de agosto de 2022

